



» XI Congresso Luso Afro Brasileiro de Ciências Sociais

Diversidades e (Des)Igualdades

Salvador, 07 a 10 de agosto de 2011.

Universidade Federal da Bahia (UFBA) - PAF I e II  
Campus de Ondina

## **IDENTIDADE ÉTNICA, REGIONAL OU TRANSNACIONAL? O CASO NDAU**

Marta Patrício

CEA/ISCTE-IUL

marta.patricio@hotmail.com

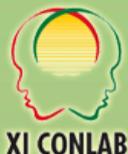
### **Introdução**

As fronteiras africanas e a identidade étnica ocuparam sempre um lugar central no debate académico. As análises sobre identidades étnicas em África bem como a análise aprofundada sobre questões relativas às fronteiras em África colocam o debate a um nível de importância elevado. Isto deve-se não só ao potencial carácter conflitual que as identidades étnicas colocam à gestão das fronteiras nacionais e à soberania dos Estados mas também às mudanças que ocorrem em vários contextos africanos, nas quais o papel da globalização e dos transnacionalismos é central.

Os temas relacionados com a etnicidade têm sido largamente debatidos nas últimas décadas, com um especial enfoque na historicidade da etnicidade, isto é, se as “tribos” ou grupos étnicos estão enraizados em identidades ancestrais ou se foram construções e invenções coloniais. A este respeito, e tal como existem perspectivas que sustentam que as fronteiras africanas são fronteiras arbitrárias, também existem opiniões que veiculam que as identidades étnicas são criações coloniais. Com efeito, Jean-Loup Amselle afirma que não havia nada que se assemelhasse a um grupo étnico durante o período pré-colonial e que as etnias são unicamente resultado da acção de colonizadores que, no seu desejo de territorializar o continente africano, esculpiram entidades étnicas que foram então reapropriadas pelas populações<sup>1</sup>. Porém, um emergente consenso actual afirma que, mais do que procurar momentos de construção ou de ruptura decisivos, importa antes ver as identidades étnicas como um processo de mutação constante e

---

<sup>1</sup> AMSELLE; M'BOKOLO, 1985, p. 23



reconhecer que esse processo não foi definido pelo colonialismo mas que também ainda não terminou<sup>2</sup>.

É praticamente inquestionável o carácter essencialista da identificação tribal e étnica das populações africanas. Veja-se o caso da RENAMO, antigo movimento armado de Moçambique e actual partido político, que é fortemente identificado com o grupo étnico Ndau por ser essa a origem dos seus líderes, o que conferiu aos vaNdau uma enorme visibilidade social e política na história moçambicana recente. Mas existirão outras formas de identidade que possam constituir uma forma de acção e mobilização política mais abrangente? Poderá a identidade Ndau representar uma identidade transnacional, enraizada no grande império do Monomotapa e anterior ao traçado da fronteira que separa Moçambique e Zimbabwe? Este artigo pretende apresentar algumas reflexões sobre a problemática das identidades étnicas em regiões fronteiriças africanas a partir do exemplo da zona de fronteira Moçambique-Zimbabwe, enunciando práticas e representações de actores sociais moçambicanos sobre “os do outro lado” e que constituem uma parte fundamental dos seus próprios processos identitários. Nesse sentido, o texto começa por abordar questões relacionadas com as fronteiras africanas, seguindo-se uma análise da identidade étnica Ndau na zona de fronteira Moçambique-Zimbabwe, suas representações e possibilidades enquanto identidade regional e transnacional. As ideias apresentadas resultam do estudo de caso do distrito de Mossurize na província moçambicana de Manica.

### **Fronteiras africanas**

Segundo Malcolm Anderson, as fronteiras políticas constituem instrumentos da política do Estado e reflectem o grau de controlo que o Estado é capaz de exercer sobre o território que domina; são também marcas de identidade, de crenças políticas e de mitos sobre a unidade das populações que vivem dentro do mesmo território político, e que contribuem para a construção de uma “comunidade imaginada” a que muitos chamam nação<sup>3</sup>. Jeffrey Herbst preconiza que todas as fronteiras são artificiais na medida em que os Estados também não são criações naturais – as fronteiras são, assim,

---

<sup>2</sup> DORMAN; HAMMETT; NUGENT, 2007, p.7

<sup>3</sup> ANDERSON, 1996, p.1



criações políticas estabelecidas de acordo com a utilidade pretendida por quem as define<sup>4</sup>. Por sua vez, Christopher Clapham sustenta que as relações que os Estados têm com as suas fronteiras podem ser de dois tipos: as fronteiras são criadas pelos Estados ou são os Estados que são criados pelas suas fronteiras – e os Estados africanos pertencem claramente à última categoria<sup>5</sup>. Com efeito, hoje é praticamente consensual que as fronteiras africanas são artificiais, formais e simbólicas, e que é aí que reside a origem da sua porosidade.

Na África pré-colonial os grupos sociais (grupos de parentesco, aldeias, grupos de culto, chefias ou reinos) caracterizavam-se por uma grande autonomia. No entanto, perante rivalidades ou desejos particulares de emancipação, manifestados através de acusações de feitiçaria, envenenamentos ou divergências quanto às regras de sucessão, as sociedades tradicionais africanas periodicamente “injectavam” pessoas para fora dos seus grupos de parentesco, comunidades e sociedades. Essas pessoas deslocavam-se para outros sítios, as “fronteiras”, e as suas relações com o “centro” de onde eram provenientes poderiam ser mantidas ou definitivamente rompidas<sup>6</sup>. Porém, não se verificava uma construção social inteiramente nova na “fronteira”, pois o grupo que lá se estabelecia transportava consigo todas as características sociais, institucionais e étnicas da “metrópole”. Por outro lado, dentro desse novo grupo haveriam de emergir novos conflitos e tensões, originando o que Kopytoff designa por “replicação estrutural” – o grupo emigrante estabelece-se na fronteira e dá origem a uma nova comunidade estruturada, da qual, posteriormente, haveria de sair um novo grupo para uma nova fronteira e assim sucessivamente<sup>7</sup>.

O traçado actual das fronteiras africanas corresponde à partilha dos territórios entre algumas potências europeias institucionalizada durante a Conferência de Berlim em 1884-1885 e as populações locais pouco ou nada intervieram neste processo que subverteu radicalmente a lógica pré-existente de organização do espaço. Se em certos casos a nova demarcação correspondeu a demarcações anteriores, como no caso do

---

<sup>4</sup> HERBST, 1989, p. 692

<sup>5</sup> CLAPHAM, 1998, p. 79

<sup>6</sup> KOPYTOFF, 1989, p. 18

<sup>7</sup> *Idem*, p. 27



Ruanda<sup>8</sup>, noutros as novas fronteiras cortaram abruptamente com unidades sociais e políticas já instituídas, e obrigaram a novos reordenamentos identitários. Em qualquer dos casos, os novos traçados obedeceram a lógicas próprias das potências europeias, e das relações de força entre si, que excluíram completamente as sociedades locais.

Aquando dos processos de independência, a Assembleia Geral da ONU, sessões 15 e 16 respectivamente em 1960 e 1961, aprovou resoluções favoráveis à manutenção do traçado das fronteiras coloniais. No mesmo sentido, a OUA defendeu desde a sua criação, em 1963, a manutenção das fronteiras coloniais. Isto significou que os novos Estados independentes tinham “aprovação” para edificar os seus modelos de soberania sobre as mesmas bases territoriais que os seus antecessores, o que ia igualmente ao encontro da posição dos novos líderes políticos africanos, que temiam perder o poder se decidissem experimentar novos tipos de organização política<sup>9</sup>. Exceptuando raros exemplos, como a Península de Bakassi entre os Camarões e a Nigéria, ou a Eritreia, as fronteiras africanas sofreram muito poucas modificações desde o fim da descolonização.

Na maior parte dos casos, as novas elites políticas africanas não conseguiram alargar a sua legitimidade à maioria da população, que passou a olhar cada vez mais para o processo de formação de elites pelo prisma da identificação étnica, regional ou até religiosa. Por outro lado, os Estados, por falta de meios técnicos, materiais e humanos, só de forma parcelar conseguiram incorporar as populações no sentimento de unidade e pertença nacional<sup>10</sup>. A necessidade de consolidar o nacionalismo, conjuntamente com as necessidades de modernização e desenvolvimento económico, serviu também para que as elites políticas adoptassem modelos políticos autoritários, como regimes de partido único ou regimes militares, que se revelaram extremamente “exclusivos” para grandes franjas da população, deixando as populações rurais mais afastadas dos centros de poder.

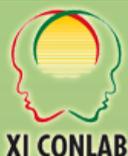
Na década de 1980, o fim da guerra fria e dos alinhamentos geopolíticos internacionais deixou o continente africano mais “entregue a si próprio”. Porém, a introdução das políticas de ajustamento estrutural contribuiu para acentuar as crises

---

<sup>8</sup> FLORÊNCIO, 2001, p. 5

<sup>9</sup> HERBST, 1996-1997, p. 121

<sup>10</sup> FLORÊNCIO, 2001, p. 6



económicas e para o empobrecimento, marginalização e alienação da maior parte das populações rurais e suas elites locais<sup>11</sup>. Estas variáveis, juntamente com as pressões internacionais para a introdução do liberalismo político, provocaram um retraimento dos Estados centrais africanos que se afastaram das suas periferias, e as elites no poder radicalizaram a sua posição, com medo de perder os seus privilégios e lugares no aparelho de Estado<sup>12</sup>.

Desta forma, tanto as ligações ancestrais como as opções políticas dos Estados africanos contribuem para que as populações que habitam em zonas fronteiriças considerem possuir maior afinidade cultural com sociedades que vivem num ou mais Estados vizinhos do que com outros cidadãos do seu próprio país. Isto significa que, na rotina quotidiana destas populações, atravessar uma fronteira internacional é apenas uma mera questão administrativa, pois essa deslocação não é entendida como uma mudança de território cultural. De facto, pode atravessar-se uma fronteira internacional apenas para ir cultivar a terra, ir à escola, ao mercado, ir a casamentos ou funerais de membros do mesmo grupo étnico... Isto pode verificar-se em quase todas as fronteiras africanas<sup>13</sup>.

De facto, existe uma lista abrangente das áreas culturais africanas que foram “partidas” pelas fronteiras internacionais e que demonstra a escala e a distribuição do fenómeno<sup>14</sup>. Nessa lista, cento e três fronteiras internacionais em África “cortam” um total de cento e trinta e uma áreas culturais, algumas das quais são “partidas” por mais do que uma fronteira. A distribuição é transversal a todo o continente pois cada fronteira internacional em África “corta” pelo menos uma área cultural. Mas este fenómeno não se traduz na imobilidade transfronteiriça dos povos que ficaram separados e as fronteiras africanas são, principalmente, canais por onde fluem pessoas, produtos e ideias, mais do que são barreiras<sup>15</sup>.

## Identidade étnica Ndau

---

<sup>11</sup> *Idem*, p. 7

<sup>12</sup> CLAPHAM, *op.cit.*, p. 82-83

<sup>13</sup> TOMÁS, 2010, p. 36

<sup>14</sup> ASIWAJU, 1985, p. 256-258

<sup>15</sup> TOMÁS, *op.cit.*, p. 14-15



Moçambique é uma “invenção” do colonialismo português no sentido em que corresponde a uma unidade político-territorial que não existia antes do processo de “ocupação efectiva” delineado na Conferência de Berlim. A sua constituição não contou com a participação das sociedades africanas, e por isso em larga medida a ideia de uma “moçambicanidade” tem sido muitas vezes encarada, em certas áreas, como uma imposição exógena, não obedecendo a lógicas ou concepções dessas populações<sup>16</sup>.

O distrito de Mossurize, em Moçambique, faz fronteira com o Zimbabwe e os seus habitantes pertencem à etnia Ndaou. As origens e a história do povo Ndaou encontram-se ligadas à fragmentação dos reinos de Monomotapa e de Mbire e aos ciclos expansionistas de outros grupos linhageiros Shona-Caranga, os Rozvi, que se deslocaram das terras altas do *hinterland* rodesiano, a partir talvez do século XV, e que ocuparam em vagas sucessivas a faixa central entre os rios Búzi e Save, dominando as populações Tonga que aí viviam e estabelecendo pequenas unidades políticas (chefaturas) relativamente autónomas umas das outras, mas relacionadas pelo parentesco<sup>17</sup>.

De acordo com vários autores, o termo Ndaou teria sido aplicado a estas populações pelos invasores Nguni vindos do sul, que ocuparam esta região durante a segunda metade do séc. XIX. O termo relacionar-se-ia com a forma tradicional como estas populações saúdam um chefe, ou um estrangeiro importante, que é a de se ajoelharem, baterem as palmas e repetida e ritmicamente gritarem «*ndaou ui ui, ndaou ui ui*». Deste modo, os invasores Nguni teriam atribuído a estas populações a designação de Ndaou que representava uma população e, simultaneamente, a sua condição de subserviência e submissão face aos senhores Nguni. Esta hipotética origem do termo Ndaou é hoje amplamente aceite pelas próprias populações e encontra-se enraizada na sua história oral, não se sabendo se foi a história oral Ndaou que influenciou estes autores, ou se foram as suas propostas que foram aceites e interiorizadas pelas populações<sup>18</sup>. A dominação Nguni foi liderada primeiro por Sochangane (também conhecido por Manicusse), que estabeleceu a sua capital no actual distrito de Mossurize,

---

<sup>16</sup> FLORÊNCIO, 2001, p. 10

<sup>17</sup> FLORÊNCIO, 2005, p. 79

<sup>18</sup> FLORÊNCIO, 2002, p. 52



e terminou em 1889, já sob a liderança de Gungunhane (neto de Manicusse) quando este se retirou para o sul. Dois anos depois nascia formalmente Moçambique, com o Tratado de 1891 assinado entre Portugal e Grã-Bretanha.

### **Fronteira Moçambique-Zimbabwe e identidade transnacional**

O Tratado Anglo-Português demarcou a fronteira entre Moçambique e a então Rodésia do Sul, mas as populações vaNdau que viviam na região de fronteira do lado moçambicano não ficaram imediatamente separadas das suas congêneres do lado rodesiano: essa separação só se formalizou quando a administração portuguesa conseguiu estabelecer uma presença regular na região de Mossurize, com a criação de um posto administrativo em Espungabera em 1900. Contudo, durante todo o período colonial esta separação nunca foi efectiva: a administração não possuía meios eficazes para controlar a totalidade da linha de fronteira e, deste modo, esta linha nunca entrou verdadeiramente no imaginário dessas populações fronteiriças<sup>19</sup>.

Com efeito, o estabelecimento do traçado das fronteiras moçambicanas não foi suficiente para implicar a ruptura de um conjunto de relações de subordinação política, com uma enorme componente mágico-religiosa, entre as chefaturas vaNdau moçambicanas e rodesianas. Apesar dos esforços das autoridades coloniais portuguesas, estas relações perpetuaram-se e, mesmo na actualidade, os chefes vaNdau moçambicanos sentem-se dependentes, ou subordinados, dos chefes zimbabweanos, pelo menos do ponto de vista mágico-religioso<sup>20</sup>.

O Estado colonial não controlava os fluxos entre populações fronteiriças, que englobavam também a fuga ao imposto de palhota e ao trabalho forçado, a emigração ilegal para as minas da África do Sul e para as plantações da Rodésia, e também não foi capaz de conter a propagação de confissões religiosas provenientes da Rodésia nem as ideias nacionalistas defendidas pelos líderes dessas igrejas (como Kamba Simango) ou pelos emigrantes e chefes tradicionais que mantinham contactos regulares com a Rodésia<sup>21</sup>.

---

<sup>19</sup> FLORÊNCIO, 2001, p. 11

<sup>20</sup> FLORÊNCIO, 2005, p. 129

<sup>21</sup> BRANQUINHO, 1967



A independência de Moçambique não só não modificou esta situação como ainda fomentou os fluxos transfronteiriços, pois o novo Estado não possuía os meios necessários para fiscalizar os movimentos de pessoas e bens. Por outro lado, a guerra de Ian Smith em 1977, seguida pela luta armada entre FRELIMO e RENAMO, contribuíram para uma maior fragilidade do Estado no controlo do território nacional e das populações. Desde muito cedo que a RENAMO ocupou vastas zonas do distrito de Mossurize, estabelecendo aí a sua primeira base militar em Moçambique em 1978 junto à fronteira com a então Rodésia do Sul, obrigando o Estado a refugiar-se na vila-sede do distrito (Espungabera) e nos postos administrativos de Dacata e Chiurairue.

A guerra provocou um enorme fluxo de populações para o “outro” lado, quer para campos de refugiados, quer para unidades familiares; a inexistência de um controlo eficaz sobre as zonas de fronteira levou a que se aproveitassem as *no man’s land* entre os dois países para estabelecer redes de comércio clandestino para o abastecimento dos mercados locais moçambicanos que enfrentavam a escassez de bens<sup>22</sup>.

Com o final da guerra em 1992 verificou-se um processo de estabilização e consolidação do Estado. Porém, esse processo é ainda amplamente fragmentário e inacabado pois o Estado moçambicano não consegue exercer um controlo efectivo sobre a totalidade do território. Assim, estes *vaNdau* continuam a atravessar a fronteira como o faziam no passado e vão ao Zimbabwe visitar parentes, fazer compras, ter aulas na escola, participar em cerimónias, consultar autoridades tradicionais e curandeiros. Estas populações parecem não sentir impactos decorrentes da delimitação da fronteira internacional na sua vida quotidiana – nem no tempo colonial, nem actualmente.

No distrito de Mossurize, o único posto fronteiriço moçambicano formal é o de Espungabera, que fica a cerca de 4 km do centro da vila de Espungabera. É uma fronteira «histórica», com pouca afluência e apenas regista um fluxo maior de pessoas no final do ano, «quando os moçambicanos que trabalham na África do Sul utilizam esta fronteira para voltar a casa para as férias»<sup>23</sup>.

Na maior parte dos casos, a população do distrito de Mossurize entra no Zimbabwe “ilegalmente” através dos caminhos “corta-mato” que se encontram um

---

<sup>22</sup> FLORÊNCIO, 2001, p. 16

<sup>23</sup> Entrevista com JB, Espungabera, 10-5-2011



pouco por toda a linha de fronteira; optam por esta via informal porque não possuem passaporte ou porque fica mais perto chegar às povoações do Zimbabwe através destes caminhos<sup>24</sup>.

A palavra utilizada para designar fronteira na língua local (Cindau) é *mugano*. Mas *mugano* significa “limite” e é utilizada para designar qualquer limite de território (*nyika*), não apenas o caso específico do limite entre Estados, pelo que se pode concluir que no vocabulário Ndau nem sequer existe a noção clara da separação rígida entre duas unidades políticas distintas.

Os fluxos transfronteiriços no distrito de Mossurize registaram alterações ao longo do tempo, mas foram resultantes de conjunturas políticas ou económicas e não de alterações ao sentido de afinidade cultural entre as populações de cada um dos lados. Com efeito, nos anos da guerra de libertação e da guerra civil em Moçambique eram sobretudo fluxos ilegais de moçambicanos que se deslocavam ao Zimbabwe para se refugiar ou à procura de bens que depois eram introduzidos nos mercados de Moçambique. Com a actual crise económica do Zimbabwe, que tem vindo a registar uma escalada desde o ano 2000, aumentou a procura no lado moçambicano de diversos produtos e combustíveis. Anteriormente, a moeda corrente nesta zona fronteiriça era o dólar zimbabweano, mas a recente decisão de Harare de adoptar o dólar norte-americano (USD), na sequência da inflação vertiginosa do Zimbabwe, também contribuiu para diminuir o fluxo de moçambicanos que se deslocavam ao Zimbabwe para fazer compras. Actualmente os habitantes de Mossurize deslocam-se mais frequentemente à cidade de Chimoio (capital da província de Manica) do que ao Zimbabwe para se abastecerem de bens de consumo, percorrendo uma distância de 240 km para cada lado mas que afirmam ser mais justificável do que os custos de trocar meticais moçambicanos por USD.

O modo como estas populações fronteiriças se relacionam com a fronteira, e com as populações “do outro lado”, está intimamente relacionado com o modo como essas mesmas populações se relacionam com o seu Estado central. Desta forma, pode afirmar-se que a fronteira em análise não representa mais do que uma “linha

---

<sup>24</sup> Atravessando o posto fronteiriço de Espungabera, a povoação zimbabweana mais próxima fica ainda a 14 km de distância.



imaginária”, cuja delimitação tem um carácter mais simbólico e pertinente para os Estados centrais do que para as populações fronteiriças, que neste caso têm uma enorme homogeneidade cultural e social.

De facto, vista de um avião, a fronteira entre Moçambique e Zimbabwe é perfeitamente clara, tanto quanto uma carta geográfica, em resultado das diferentes histórias coloniais dos dois países. Porém, no passado, a linha de fronteira não tinha qualquer realidade: as unidades familiares e políticas Ndaou localizavam-se em ambos os lados da fronteira e continuaram a relacionar-se mesmo durante o período colonial e depois da independência dos dois países<sup>25</sup>. Ou seja: não é possível estudar a história das províncias moçambicanas de Manica e Sofala e a identidade Ndaou sem ter em conta a história da província zimbabweana de Manicaland, pelo que se pode considerar que esta identidade étnica evidencia igualmente contornos de uma identidade transnacional, ancorada no Império do Monomotapa e na submissão ao Império de Gaza, ambos anteriores ao traçado da fronteira. Esta ideia de unidade com os “do outro lado” é perceptível na existência de locais simbólicos comuns, como o “Lugar de Gungunhane”, assim como nas palavras dos Ndaou de Mossurize: «não há essa coisa de separação entre dois países, Chipinge [Zimbabwe] e Mossurize [Moçambique] é tudo Ndaou»<sup>26</sup>; «a gente chega lá e todos falamos a mesma língua, todos se entendem, não é como entrar num país diferente»<sup>27</sup>.

### **Identidade regional**

A questão identitária-étnica foi e continua a ser uma questão omnipresente nos discursos das elites moçambicanas, pois os conflitos étnico-tribais (ainda que muitas vezes apenas de forma latente) exprimem uma relação diferenciada de certos grupos sociais com o Estado, manifestando-se quando determinados grupos étnicos se vêem prejudicados ou discriminados no acesso a recursos<sup>28</sup>. A FRELIMO, cuja direcção inicial era composta maioritariamente por indivíduos do sul de Moçambique, foi sempre

<sup>25</sup> BEACH, 1989, p. 347

<sup>26</sup> Entrevista com IL, Espungabera, 08-05-2011

<sup>27</sup> Entrevista com TSM, Espungabera, 11-05-2011

<sup>28</sup> CHICHAVA, 2008, p. 1



acusada de discriminar os moçambicanos a norte do rio Save<sup>29</sup>. Mas se a FRELIMO é acusada de ser um partido maioritariamente sulista ou shangana, a RENAMO, por seu lado, é acusada de ser um partido só para os vaNdau, grupo étnico dos seus dois primeiros líderes (André Matsangaissa e Afonso Dhlakama). Existem efectivamente desequilíbrios regionais entre o norte e o centro de Moçambique, por um lado, e o sul, por outro, cuja origem remonta à forma como a economia de Moçambique foi organizada pelo poder colonial nos finais do século XIX e que determinou a hegemonia do sul sobre as outras regiões<sup>30</sup>. É com base nestes pressupostos que se parecem ver delineados em Moçambique os contornos de uma identidade regional, em que o país é representado em duas partes antagónicas: o norte e o centro contra o sul, sendo o rio Save a linha divisória. O Estado, a FRELIMO e as etnias do sul do Save, agrupadas sob a designação de shanganas, representam o “referente de alteridade”. Nesta concepção, o norte e o centro surgem como as regiões produtoras de riqueza, enquanto é a região sul que beneficia quer dos processos de redistribuição, quer das redes clientelares do Estado<sup>31</sup>.

As identidades em questão mobilizam o factor étnico para denunciar as assimetrias regionais, vendo na discriminação a que são sujeitas e na solidariedade contra um “inimigo comum” um factor de união. Tudo isto reflecte que estas identidades étnicas promovem afinidades locais e regionais que parecem ser mais fortes do que o sentido de unidade nacional ou de “moçambicanidade”, criando rupturas com o Estado central.

## Conclusão

No período pré-colonial as fronteiras definiam-se de acordo com a distância até onde um Estado conseguia estender o seu poder. A principal mudança que o colonialismo trouxe foi um sistema de fronteiras territoriais fixas que, por sua vez, os Estados pós-coloniais africanos decidiram manter.

---

<sup>29</sup> *Idem*, p. 3

<sup>30</sup> *Idem*, p. 5-6

<sup>31</sup> FLORÊNCIO, 2002, p. 62



A fronteira entre Moçambique e o Zimbabwe, que determinou diferenças sociais, económicas e políticas tão salientes como as da língua e geografia, não resultou de quaisquer diversidades históricas ancestrais. A fronteira resultou do tratado Anglo-Português de 1891, o culminar de uma sequência de disputas territoriais entre Portugal e a Grã-Bretanha nos finais do século XIX. Antes disso tal fronteira não teria qualquer sentido, pois existiam ligações antigas entre os povos e as economias do planalto zimbabweano e entre os povos e comerciantes da costa moçambicana<sup>32</sup>.

No caso das populações vaNdau de Mossurize existe uma ideia de pertença a um espaço chamado Moçambique, as populações sabem que são moçambicanas e partilham de uma certa ideia identitária que é Moçambique. Contudo, olham para essa identidade como secundária, e em certa medida imposta pelo Estado. E essa identidade não se sobrepõe, nem aniquila, outras identidades mais importantes para essas populações, como as familiares e locais, que não foram suprimidas com a criação de fronteiras, nem as solidariedades regionais face à percepção das desigualdades no acesso a recursos.

Este caso demonstra que as fronteiras africanas, e especificamente a fronteira entre Moçambique e o Zimbabwe, não constituiu uma linha real de ruptura política, comercial, religiosa ou cultural entre Estados. Ela permite, e fomenta, a continuidade de fluxos de toda a espécie, entre os dois lados, por via da fraqueza dos próprios Estados centrais em controlarem o seu território, da fraca identificação das populações com os próprios Estados, eles próprios entendidos como entidades exógenas, e no caso das populações vaNdau, como sendo dominado pelas etnias do sul.

Em África, ao contrário da Europa, a ideia de “nação” não conseguiu verdadeiramente racionalizar o poder em nenhum momento e tem contribuído pouco para conferir ao Estado uma legitimidade incontestável sobre todo o espaço que as fronteiras delimitam nos seus contornos actuais. A experiência dos últimos cinquenta anos demonstra que as políticas estatais foram incapazes de criar a “nação” e que o nacionalismo de Estado não foi em nenhum caso sinónimo de Estado-nação. Passadas várias décadas das independências, o Estado pós-colonial africano, marcado pela endémica crise económica e pelo insucesso da sua democratização, continua a caracterizar-se como um Estado dualista, formado por um Estado central hegemónico e

---

<sup>32</sup> BEACH, 1993, p. 5



» XI Congresso Luso Afro Brasileiro de Ciências Sociais

Diversidades e (Des)igualdades

Salvador, 07 a 10 de agosto de 2011.

Universidade Federal da Bahia (UFBA) - PAF I e II

Campus de Ondina

frequentemente violento, e por um “estado local camponês”, dito “étnico” ou “tribal”, e suportado por uma noção “vazia” de sociedade civil. Em vários aspectos, e tal como ficou demonstrado por este estudo de caso, o Estado pós-colonial não possui o monopólio do controlo da “nação”<sup>33</sup>.

---

<sup>33</sup> DIAS, 2010, p. 118-119



## Bibliografia

AMSELLE, J.-L.; M'BOKOLO, E. (Dir.). *Au coeur de l'ethnie: ethnies, tribalisme et état en Afrique*. Paris: La Decouverte, 1985. 226 p.

ANDERSON, M., *Frontiers – Territory and State Formation in the Modern World*. Cambridge: Polity Press, 1996. 255 p.

ASIWAJU, A. I. (Ed.). *Partitioned Africans: Ethnic Relations Across Africa's International Boundaries*. London: C. Hurst, 1985, 275 p.

BACH, D. Les dynamiques paradoxales de l'intégration en Afrique subsaharienne: le mythe du hors-jeu. *Centro de Estudos Africanos/Occasional Paper Series*, Lisboa, 25 p., 1998.

BEACH, D. As origens de Moçambique e Zimbabwe: Paiva de Andrade, a Companhia de Moçambique e a diplomacia africana. *Arquivo (Boletim do AHM)*, Maputo, nº 13, p. 5-80, 1993.

BEACH, D. Fontes para a História de Manica e Sofala no Arquivo Nacional do Zimbabwe. *Arquivo (Boletim do AHM)*, Maputo, nº 6, p. 347-367, 1989.

BRANQUINHO, J. A. G. M. *Prospecção das Forças Tradicionais: Distrito de Manica e Sofala*. Lourenço Marques: Serviços de Centralização e Coordenação de Informações/Governo Geral de Moçambique, 1967. 310 p.

BROWNLIE, I. *African Boundaries – a Legal and Diplomatic Encyclopaedia*. London: C. Hurst, 1979. 1355 p.



CHICHAVA, S. Por uma Leitura Sócio-Histórica da Etnicidade em Moçambique. *IESE'S Discussion Papers*, Maputo, nº 01/2008, 17 p., 2008.

CLAPHAM, C. Frontières et États dans le nouvel ordre africain. In: BACH, D. (Dir.). *Régionalisation, mondialisation et fragmentation en Afrique Subsaharienne*. Paris: Karthala, 1998. p. 77-94.

DIAS, E. C. Do Estado colonial ao Estado pós-colonial. *Janus 2010: Anuário de Relações Exteriores*. Lisboa, p. 118-119, 2010.

DORMAN, S; HAMMETT, D.; NUGENT, P. (Ed.), *Making Nations, Creating Strangers: states and citizenship in Africa*. Leiden/Boston: Brill, 2007. 277 p.

ENGEL, U. ; NUGENT, P. (Ed.). *Respacings Africa*, Leiden/Boston: Brill, 2010, 213 p.

FLORÊNCIO, F. *Ao Encontro dos Mambos – autoridades tradicionais vaNdau e Estado em Moçambique*. Lisboa: ICS, 2005. 298 p.

FLORÊNCIO, F. Artificialidade e Porosidade das Fronteiras Africanas: a propósito de um exemplo moçambicano (texto policopiado/não publicado). 18 p., 2001.

FLORÊNCIO, F. Identidade Étnica e Práticas Políticas entre os vaNdau de Moçambique. *Cadernos de Estudos Africanos*, nº 3, p. 39-63, Jul./Dez. 2002.

HERBST, J. Responding to State Failure in Africa. *International Security*, v. 21, n. 3, p. 120-144, Winter 1996-1997.

HERBST, J. *States and Power in Africa – Comparative Lessons in Authority and Control*. Princeton: Princeton University Press, 2000. 280 p.



HERBST, J. The Creation and Maintenance of National Boundaries in Africa. *International Organization*, v. 43, n. 4, p. 673-692, Autumn 1989.

HUTCHINSON, J; SMITH, A. D. (ed.). *Ethnicity*, Oxford/New York: Oxford University Press, 2009. 448 p.

IGUE, J. O., *Le Territoire et L'État en Afrique – les dimensions spatiales du développement*. Paris: Karthala, 1995. 277 p.

KOPYTOFF, I. (Ed. with an introd.). *The African Frontier – the Reproduction of Traditional African Societies*. Bloomington: Indiana University Press, 1989. 288 p.

MBEMBE, A. At the Edge of the World: Boundaries, Territoriality, and Sovereignty in Africa. In: BEISSINGER, M. R.; YOUNG, C. (Ed.). *Beyond State Crisis? Postcolonial Africa and Post-Soviet Eurasia in Comparative Perspective*. Washington: Woodrow Wilson Center Press, 2002. p. 53-80.

MACGONAGLE, E. *Crafting Identity in Zimbabwe and Mozambique*. Rochester: University of Rochester Press, 2007. 195 p.

NEWITT, M. *História de Moçambique*. Mem Martins: Publicações Europa-América, 1995. 509 p.

NUGENT, P. *Africa Since Independence*. New York: Palgrave MacMillan, 2004. 620 p.

NUGENT, P.; ASIWAJU, A. I. (Ed.). *African Boundaries – Barriers, Conduits and Opportunities*. London: Pinter, 1996, 296 p.

RAFTOPOULOS, B.; MLAMBO, A. S. (Ed.). *Becoming Zimbabwe – a history from the pre-colonial period to 2008*. Harare: Weaver Press, 2009. 260 p.



» XI Congresso Luso Afro Brasileiro de Ciências Sociais

Diversidades e (Des)igualdades

Salvador, 07 a 10 de agosto de 2011.

Universidade Federal da Bahia (UFBA) - PAF I e II

Campus de Ondina

TOMÀS, J. Introducción – ¿Secesionismo en África? Pistas y preguntas para una reflexión. In: \_\_\_\_\_. (Ed.). *Secesionismo en África*. Barcelona: Edicions Bellaterra, 2010. p. 11-47.